



ASCOM TRE-RJ



REFORMA POLÍTICA em foco

Seminário realizado no TRE-RJ em junho reuniu especialistas para comentar as mudanças legislativas em debate no Congresso Nacional

As Escolas Judiciárias do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) realizaram, no dia 26 de junho, no plenário da Corte fluminense, o seminário “Reforma Política”. Com o objetivo de debater as alterações legislativas que vêm sendo discutidas no Congresso Nacional sobre o tema, o encontro contou com palestras do ministro João Otávio de Noronha, corregedor geral eleitoral e diretor da EJE-TSE, do cientista político Jairo Nicolau, da pro-

curadora regional da República Silvana Batini e do deputado federal Índio da Costa (PSD), membro da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados. Também participaram do evento os desembargadores Edson Vasconcelos, presidente do TRE-RJ, e Wagner Cinelli, diretor da EJE-RJ. “A sociedade precisa debater esse assunto tão fundamental para poder transmitir aos seus representantes quais melhorias deseja ver na política do país”, declarou o desembargador Edson Vasconcelos.

Responsável pela palestra de abertura, o ministro Noronha fez um resgate histórico da política no Brasil e reafirmou o papel da Justiça Eleitoral, que, segundo ele, é “a única garantia de eleições limpas e livres” para a população. Ele criticou, contudo, o que chamou de “judicialização excessiva” das eleições. “Tudo é levado para ser decidido na Justiça. Em um cenário político como o atual, então, deve-se discutir o papel da Justiça Eleitoral, pois a última esperança do povo brasileiro foi depositada nela”.

Nesse sentido, ele frisou que cabe à Justiça Eleitoral aplicar com veemência a legislação, mas julgar com serenidade os seus processos, sempre considerando a vontade popular e analisando a consistência das provas juntadas nos processos. “Voto popular é voto que decide, é soberano, livre. Só nos cabe intervir quando a manifestação de vontade restou viciada. Qualquer ato que macule essa manifestação é passível de anulação ou cassação no mundo eleitoral, mas isso não pode ser feito de forma leviana nem sob qualquer pretexto, requer provas robustas e atenção real com a vontade popular”, ponderou o magistrado.

Por fim, o ministro defendeu que a Justiça Eleitoral deve esclarecer aos cidadãos como funciona o sistema eleitoral, por meio de orientações, dentro do seu poder normativo e dos limites da legislação. “Nós precisamos somente de uma coisa para corrigir o Brasil: educação, e dentro dela, precisamos investir muito na educação política... Eu tenho esperança na educação. Fora dela, nada muda, ela é o que equilibra a democracia”, salientou o ministro.

O segundo palestrante do seminário, o professor Jairo Nicolau, doutor em ciência política e titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), falou sobre os sistemas eleitorais e a reforma política. “Há uma insatisfação difusa com o atual sistema representativo brasileiro. Mas o que tem de errado com ele?”, indagou Jairo.

Para ele, o atual sistema passa por três crises. Uma, de caráter estrutural, gira em torno de um suposto declínio do Poder Legislativo. Outra, do próprio sistema representativo, supervalorizaria os



Da esquerda para a direita: presidente do TRE-RJ desembargador Edson Vasconcelos, diretor da EJE-RJ desembargador Wagner Cinelli, procuradora regional da república Silvana Batini Cesar Góes, professor Jairo César Marconi Nicolau, deputado federal Índio da Costa PSD/RJ e ministro João Otávio Noronha, diretor da EJE/TSE.

candidatos, e não os partidos, e possibilitaria uma quantidade exagerada de legendas. Por fim, a última crise, de acordo com o estudioso, seria contextual, expressa pela percepção popular de que todo político é corrupto. “Essa visão do povo de que quem entra para política ‘está lambuzado’ aprofunda ainda mais a nossa visão de que ela é algo ruim”, constatou o professor. Ele acredita que as instituições e poderes constituídos falham ao não esclarecerem corretamente como o sistema representativo brasileiro funciona. “Ele é ininteligível para a maioria da população, que não compreende por que o candidato mais votado nem sempre é eleito. E isso só vai mudar quando houver uma educação política no Brasil, conforme também já enfatizou o ministro”, declarou.

“É preciso modificar profundamente o sistema de financiamento das campanhas eleitorais”, diz procuradora.

Dando continuidade ao debate, a procuradora regional da República Silvana Batini, ao falar sobre a reforma política e o financiamento de campanha, declarou-se mais preocupada em garantir que as alterações legislativas eventualmente promovidas sejam efetivadas na prática. “A mensagem que se passa hoje à sociedade é a de que tudo se resolverá com mudanças na forma de doar ou se garantirmos mais restrições às fontes financiadoras. Está-se vendendo uma ilusão à opinião pública. Não há dúvidas de que é preciso modificar profundamente o sistema de financiamento das campanhas eleitorais, mas é necessário também pensar em fortalecer os mecanismos de controle, o cumprimento da lei”, afirmou Silvana Batini.

Ela destacou que o uso de dinheiro ilícito nas campanhas eleitorais prejudica as instituições e os políticos, interfere no equilíbrio dos pleitos, macula a vontade popular, mina a confiança nas eleições e descredita a democracia. “E tudo aquilo que coloca em risco as convicções democráticas é, no Brasil de hoje, especialmente, para ser tido como algo perigoso e verdadeiramente nefasto”, desabafou a procuradora.

Para ela, qualquer regulamentação acerca de como partidos e candidatos se financiem deve, portanto, ser combinada com formas de garantir que essas normas sejam respeitadas. “Estou me referindo a modelos de fiscalização eficientes e instrumentos de sanções proporcionais e verdadeiramente dissuasórios”. Nesse ponto, Silvana questionou o papel da Justiça Eleitoral e sugeriu algumas iniciativas que, segundo ela, são simples e não dependem de emendas constitucionais, podendo ser implementadas por meio do aperfeiçoamento das regras de controle e transparência, como, por exemplo, o uso maior da tecnologia e a abertura total das contas à sociedade civil em plataformas mais claras e de fácil acesso.

A procuradora esclareceu, ainda, que a Procuradoria Geral Regional (PGR) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a constitucionalidade do prazo de 15 dias, após a diplomação dos eleitos, para a propositura de representações sobre gastos de campanha, previsto no artigo 30-A da Lei das Eleições. Segundo ela, o ideal



Membros da Justiça Eleitoral e outras autoridades que prestigiaram o evento.

para a PGR é que o prazo passe a ser de 180 dias após o julgamento das contas, e não da data da diplomação, e permitindo que seja aplicado aos candidatos não eleitos também. “Os eleitos têm suas contas apreciadas antes da diplomação, e, portanto, o risco aos seus mandatos findaria com os 180 dias, a contar dos julgamentos das contas. Com isso, evita-se a perpetuação da instabilidade dos mandatos”, observou a procuradora.

Outra medida importante, segundo Batini, seria rever o que chamou de “interpretação equivocada” do artigo 105-A da Lei das Eleições, o que, de acordo com ela, tem impedido o uso dos procedimentos previstos na Lei da Ação Civil Pública e a instauração de investigação por meio do inquérito civil. “Antes de ajuizar ações com efeitos tão drásticos como os previstos pelas eleitorais, é preciso investigar, reunir elementos, colher indícios. Tudo recomenda, a bem dos próprios investigados, que essa atividade se dê em ambiente controlado e formal, como é o inquérito civil público. Atualmente, essas investigações vêm se dando em procedimentos administrativos regulados internamente pela instituição, e sem uniformização”, concluiu a procuradora da República.

O quarto palestrante do evento, o deputado federal Índio da Costa (PSD), membro da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, mostrou as principais controvérsias do projeto da reforma em tramitação no Congresso. Assim, financiamento de campanha, voto facultativo e impresso, reeleição, tempo dos mandatos, idades mínimas para candidaturas, datas para eleições e posse, sistema de votação, coligações, cláusula de desempenho (antigamente conhecida como cláusula de barreira), fidelidade partidária e cota para mulheres foram os principais tópicos abordados pelo deputado.

Encerrando o seminário, o diretor da EJE-RJ, desembargador Wagner Cinelli, enalteceu o brilhantismo das apresentações dos palestrantes: “Tenho certeza de que sairemos daqui mais enriquecidos e bem preparados para refletirmos sobre um assunto tão relevante e atual para o nosso país”, finalizou. ■



Abertura do Seminário Reforma Política feita pelo presidente do TRE-RJ.

Ciclo de palestras debate a participação feminina na política carioca



ASCOM TRE-RJ

A Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ) e a Secretaria de Proteção às Mulheres da Prefeitura do Rio (SPM-Rio) promoveram, de 29 de junho a 24 de agosto, o seminário “Cariocas na Política: Mulher, Democracia e Poder”. A série de cinco encontros aconteceu no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) e buscou capacitar mulheres líderes para o exercício da política e ocupação de espaços de poder, com vistas às Eleições 2016.

“O Tribunal tem sido um fórum para debates de temas relevantes sobre a política, e, sem dúvida, a inclusão feminina é primordial para nossa democracia”, declarou o presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Vasconcelos, na abertura do evento. Também esteve presente o corregedor regional eleitoral, desembargador eleitoral Marco Couto. O diretor da EJE-RJ, desembargador Wagner Cinelli, e a secretária da SPM-Rio, Ana Rocha, organizaram o evento, que teve o apoio de 15 partidos políticos e outras entidades da sociedade civil.

Na aula inaugural, com o tema “Desafios para a Participação Política das Mulheres”, as palestrantes destacaram a necessidade urgente de se criar uma lei que



Da esquerda para a direita: presidente do TRE-RJ desembargador Edson Vasconcelos, diretor da EJE-RJ desembargador Wagner Cinelli e corregedor regional desembargador eleitoral Marco Couto.

garanta um número mínimo de vagas nas cadeiras do Congresso Nacional para as mulheres (“cotas nas cadeiras parlamentares”). “A regra eleitoral que prevê a cota de 30% e 70% para cada sexo apenas no momento das candidaturas já não é mais suficiente”, defendeu Soraya Santos, deputada federal (PMDB-RJ). “Seis estados brasileiros não têm representação feminina no Congresso. Estamos lutando para conquistar esse novo direito”, justificou.

O segundo módulo teve como tema “História da Opressão da Mulher na Sociedade”. Em linhas gerais, foram abordados pontos históricos da desigualdade enfrentada pela mulher na sociedade e sua repercussão na atualidade, desde o seu confinamento ao espaço doméstico ao tratamento como “propriedade” ou “objeto”, que, de acordo com as debatedoras, é reforçado pelo modelo atual de uma sociedade patriarcal e até pela atuação da mídia no fortalecimento de estereótipos discriminatórios. “Avançamos no mercado de trabalho, mas não na representação política. O voto da mulher foi uma conquista árdua e não podemos desperdiçá-lo”, avaliou Hildete Mello, economista e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).



Da esquerda para a direita: deputada federal Soraya Santos (PMDB RJ) e Hildete Pereira Mello, professora/economista UFF





Da esquerda para a direita: diretora de projetos do Instituto Pereira Passos Andrea Pulici; deputada estadual Marta Rocha; cônsul-adjunta da Argentina, Alana Bustos; embaixadora do México, Beatriz Rangel

A subrepresentação da mulher na política foi o foco do terceiro encontro do seminário, que traduziu em números a presença feminina no poder. “Nas assembleias e câmaras municipais, a representação da mulher, em média, é de apenas 13%. O Brasil está em 123º lugar no ranking mundial de participação feminina na política”, disse diretora de projetos especiais do Instituto Pereira Passos, Andréa Pulici. Segundo a socióloga Clara Araújo, a mulher chegou tarde no processo político e herdou uma exclusão que se reproduz como norma no “imaginário geral”. Para a socióloga, o sistema eleitoral privilegia aqueles que já têm mandatos eletivos. “O horário eleitoral, por exemplo, que representa 60% da visibilidade de que o candidato dispõe, reforça a manutenção dos mesmos políticos no poder”.

No quarto dia do seminário, a cônsul-adjunta da Argentina no Rio de Janeiro, Alana Lomonaco Bustos, e a embaixadora do México no Brasil, Beatriz Elena Pardes Rangel, apresentaram as experiências da participação feminina na política nos seus países. A cônsul lembrou que, em 1990, diversas

políticas argentinas se mobilizaram de forma interpartidária, por meio de comitês, e criaram a Rede de Feministas Políticas. “Com a participação de mulheres de 15 partidos diferentes, a Rede conseguiu aprovar a Lei 24.012/91, que prevê a cota mínima de 30% das candidaturas para mulheres”, explicou. Por sua vez, a embaixadora do México destacou que a união entre mulheres de diferentes partidos e ideologias é indispensável para que existam avanços significativos na participação feminina na política. “É preciso também estudo e conhecimento para que se obtenham melhores reformas nos partidos e na política”, frisou.

No último módulo do seminário, o procurador de justiça Marcos Ramayana falou sobre o processo político-eleitoral, esclarecendo assuntos como registro de candidatura, propagandas, prestação de contas, crimes e multas. “As eleições exigem um preparo não somente pessoal, ou seja, não somente daquilo que se deseja defender e lutar, mas também um preparo jurídico, um cuidado que vocês devem ter para não serem prejudicadas”, argumentou. Ele destacou que muitas candidatas acabam sendo penalizadas por não fazerem a prestação de contas de campanhas corretamente ou por nem entregá-las à Justiça Eleitoral no prazo devido. Por isso, as candidatas ficam, após as eleições, sem o direito

à certidão de quitação eleitoral, sujeitas à inelegibilidade e multas.

Na ocasião, foi lançado o terceiro Caderno de Gênero, com o tema “Mais mulheres no poder”, que aborda a subrepresentação das mulheres, o direito à participação política, além de orientar sobre o processo político-eleitoral. “Trata-se de um instrumento de trabalho para todas as mulheres interessadas em ingressar na política”, ressaltou a responsável pela SPM-Rio, secretária municipal Ana Rocha. Ao encerrar o seminário, o diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ (EJE-RJ), desembargador Wagner Cinelli, defendeu que a afirmação da cidadania da mulher é um interesse da democracia. “Isso passa pela inclusão feminina no debate, no processo e na vida política”, enfatizou o desembargador. ■



Palestrante: procurador de justiça Marcos Ramayana



Da esquerda para a direita: secretária da SPM-RIO Ana Rocha e composição da mesa do Seminário Cariocas na Política

